

## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS CÂMPUS POÇOS DE CALDAS

Ata da 3º Reunião Extraordinária do Colegiado Acadêmico do Câmpus Poços de Caldas – CADEM, realizada em 28 de maio de 2015.

Aos vinte e oito dias do mês de maio, às 08:30 horas, o Presidente do CADEM consultou o secretário se havia quórum para iniciar a reunião, esse respondeu que já havia maioria absoluta, conforme dispõe o Regimento do Conselho. O Presidente agradeceu a presença do representante dos docentes, Thomaz Alvisi, da DAP, Marina Gomes Murta Moreno. A DEPE, Jane Piton Serra Sanches participou virtualmente da reunião. O representante da sociedade civil, prof. Gerson Pereira Filho manifestou sobre o tema em pauta também virtualmente. O Prof. Gerson tem acompanhado os e-mails e discussões a respeito do assunto em questão, mas não se sente apto a se manifestar, primeiro pela condição de suplência, em segundo lugar, por entender se tratar de uma questão muito específica do câmpus e regulamentações internas. O Presidente iniciou a reunião explicando que os recursos foram numerados, conforme a ordem cronológica de envio ao CADEM. 1) RECURSO 0012.2015-01 DANI-ELA DE CÁSSIA DA SILVA: Desclassificada, Não entregou o ANEXO I do Edital nº 12/2015 PIQ, item 5.1.1. 2) RECURSO 0012.2015-02 ANDREA MARGARETE DE ALMEIDA MAR-RAFON: Desclassificada. Servidor em afastamento para qualificação. 3) RECURSO 0012.2015-03 THIAGO DE SOUZA SANTOS: Desclassificado. Não apresentou o relatório da Normativa Docente do primeiro semestre de 2014, item 5.1.1. do Edital nº 12/2015 PIQ. 4) RE-CURSO 0012.2015-04 EDSON GERALDO MONTEIRO JUNIOR: Classificado. Obedecendo a ordem acima mencionado, o CADEM analisou e julgou os recursos. 1) RECURSO 0012.2015-01 DANIELA DE CÁSSIA DA SILVA: Desclassificada. Não entregou o ANEXO I do Edital nº 12/2015 PIQ, item 5.1.1. Contesta o indeferimento da concessão de bolsas do PIQ. Alega que parte do ANEXO I foi entregue. Argumenta que apresentou a documentação exigida no ANEXO I no edital anterior e, que foi contemplada no resultado final como beneficiária do PIO. Questiona que a documentação referente ao edital anterior não foi devolvida ao candidato. Solicita que seja revisto o indeferimento da concessão da bolsa referente ao Edital nº12/2015 PIQ. Recurso INDEFERIDO. A própria servidora, em seu recurso, admite ter entregado parcialmente o formulário (entregou a 1ª parte do ANEXO I, pois não havia indicação do número do edital no modelo do formulário publicado e o mesmo documento já consta no processo anterior, cancelado). A argumentação de que o mesmo documento foi entregue em edital anterior não é válida, visto que são editais diferentes, pleitos diferentes. Quanto ao documento já estar no processo anterior, não procede o argumento, pois o edital antigo foi encerrado. É o novo edital que deve ser observado, tanto é que os demais formulários e documentos foram entregues pela servidora, sinal de concordância com as exigências desse novo edital. Quanto ao formulário modelo não trazer o número do edital, não é suficiente para descaracterizar o documento e deixar de entregá-lo. 2) RECURSO 0012.2015-02 ANDREA MARGARETE DE ALMEIDA MARRAFON: Desclassificada. Servidora em afastamento para qualificação. Argumenta que o Edital nº 12/2015 PIQ abre possibilidades para servidores em afastamento formalmente com remuneração participarem e concorrerem em grau de igualdade com os demais candidatos. Acredita ser necessário a revisão da desclassificação, pois o Edital nº 12/2015 PIQ não é claro quanto ao item 3 que trata das condições necessárias para inscrição no PIQ. Solicita revisão e esclarecimento quanto ao resultado da classificação parcial dos candidatos contemplados no programa. Recurso INDEFERIDO. Apesar das controvérsias e omissões que regem tanto a Resolução nº 05/2012 como o Edital nº 12/2015, devem-se considerar os princípios que nortejam a Administração Pública e a autonomia do câmpus para deliberar em casos omissos no Edital nº12/2015, conforme mencionado pela DGP em parecer solicitado pelo câmpus. Considerando o princípio da RAZOABI-LIDADE, é razoável inferir que, se o servidor afastado sem remuneração não pode pleitear, logo, o servidor que está afastado com remuneração também não pode pleitear. Além disso, a própria CIS (Órgão representativo dos TAEs), através de parecer com muitos fundamentos, não é favorável a concessão da bolsa. A decisão do indeferimento do recurso não foi consensual. O prof. Thomaz se absteve da votação, totalizando um voto favorável ao deferimento (da DEPE) e dois votos pelo indeferimento (da DAP e do DG). 3) RECURSO 0012.2015-03 THIAGO DE SOUZA SANTOS: Desclassificado. Não apresentou o relatório da Normativa Docente do primeiro semestre de 2014

M

49 classificado. Não apr

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

31

32

33 34

35

36

37

38

39

40

41

42

43

44

45

46

47

48

orp

item 5.1.1. do Edital nº 12/2015 PIQ. Alega que entregou a documentação conforme o item 5.1 do Edital nº 12/2015 PIQ ao servidor responsável pelo "Setor" Gestão de Pessoas, que conferiu e, verificou junto ao candidato, constatando verbalmente que a documentação completa foi entregue conforme previsto no referido item do edital. Ressalta que, o item 5.1 do edital prevê o protocolo dos documentos, mas, que nenhum comprovante de entrega foi dado ao candidato. Supõe que os documentos possam ter extraviados. Solicita que o CADEM reavalie a desclassificação pelo fato de não ter recebido "comprovante de entrega de documentos", pois não foi emitido protocolo. Acredita que, um possível extravio poderia ter ocorrido. Recurso INDEFERIDO. O servidor enviou as duas fichas do segundo semestre. São diferentes pois uma é o plano e outra o relatório. Um é o plano de trabalho, apresentado no início do semestre e o outro é o relatório final do semestre, conforme verificado no sistema da ND. O candidato apresentou o relatório do segundo semestre apenas. Não há como comprovar se houve extravio da documentação entregue ao Setor de Gestão de Pessoas como argumenta o candidato, já que a certificação de entrega dos documentos foi feita em conjunto (setor e interessado), havendo, no entanto, a falta do registro de entrega via protocolo. Da mesma forma como o interessado afirma ter entregado a documentação corretamente, o Setor de Gestão de Pessoas afirma ter arquivado corretamente toda a documentação recebida, a qual foi conferida junto ao interessado. 4) RECURSO 0012.2015-04 EDSON GERALDO MONTEIRO JUNIOR: Classificado. Contesta a classificação parcial da concessão de bolsas do PIQ. Questiona os critérios utilizados para classificação. Alega que deveria ocupar a oitava colocação na ordem de classificação parcial dos candidatos, pois as duas servidoras colocadas acima empataram no primeiro critério. Além disso, alega que o seu diploma é de ensino médio, e as duas servidoras possuem diploma de nível superior. Questiona o terceiro critério utilizado para classificação: que é o tempo de início do curso. Alega que o 6º colocado teve o curso como classificado com "do interesse da administração", mas que as disciplinas lecionadas pelo professor não se relacionam com a Pós-graduação que está fazendo. Questiona ainda que a Ata que deliberou sobre a classificação parcial dos candidatos é omissa em relação aos critérios utilizados para avaliação dos cursos dos docentes em relação ao ambiente organizacional. Solicita que seja revista e alterada a ordem de classificação dos candidatos. Solicita informações a respeito do critério que o CADEM utilizou para classificar o ambiente organizacional dos servidores docentes. Recurso DEFERIDO. O argumento sobre a ordem de classificação PROCEDE. O diploma de titulação máxima que o candidato possui é do ensino médio enquanto que, as candidatas classificadas em 8º e 9º possuem diploma de nível superior, verificando-se ainda que a classificada em 9º possui uma especialização. Quanto à argumentação sobre o candidato classificado parcialmente em 6º lugar, esta NÃO PROCEDE. O candidato em questão não ministra apenas uma disciplina, mas várias: no subsequente em informática, no integrado em informática e engenharia de computação, mesmo que nem todas estejam ocorrendo nesse semestre e, mesmo assim, nesse semestre não ministra apenas uma disciplina. Além disso, o doutorado em Biotecnologia está totalmente relacionado com sua área de formação e sua atuação nos cursos do campus. Necessário considerar ainda que não há legislação que defina a relação do curso de qualificação ao ambiente organizacional para a carreira EBTT. O CADEM encaminhará o processo para a CIS e CPPD para que analisem os documentos e referendem os mesmos conforme preconiza o item 5. 2 do Edital nº 12/2015. Nada mais havendo para tratar, o Presidente agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a reunião. Eu, Márcio M. Pires, lavrei a presente Ata, que após apreciação será assinada por todos. Poços de Caldas, 28 de maio de dois mil e quinze.

PRESIDENTE: Josué Lopes Josee Log S
DAP: Marina Gomes Murta
DEPE: Jane Piton Serra Sanches
DOCENTE: Thomaz Alvise de Oliveira Bhomaz & de la vena
REPRESENTANTE DA SOCIEDADE CIVIL
SECRETÁRIO: Márcio M. Pires